

CONGRESSO

Nacional

Parlamentares dobram os seus salários

Deputados e senadores passam a receber Cr\$ 5,2 milhões por mês

BRASÍLIA — Os salários dos deputados e senadores vão pelo menos dobrar no contracheque de dezembro. Depois de aprovar a proposta do governo que prevê reajuste de 20% para a maioria do funcionalismo público federal, além de reajustes diferenciados, os parlamentares aprovaram um projeto que aumenta seus vencimentos de Cr\$ 2,6 milhões para Cr\$ 5,2 milhões este mês.

Antecipando-se a uma possível repercussão negativa do aumento de salários, o presidente da Câmara, Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), justificou: "Não posso admitir que um deputado vá almoçar com um banqueiro de colarinho puido esperando que o banqueiro pague a conta." E insistiu: "Os representantes do povo não podem ficar dependendo de favores."

O reajuste havia sido acertado na véspera, embora na última hora tenham surgido pressões por um reajuste ainda maior, que elevaria o vencimento dos parlamentares em dezembro para Cr\$ 6,32 milhões. O primeiro-secretário da Câmara, deputado Inocêncio Oliveira (PFL-MG), apostava que sobre os Cr\$ 5,2 milhões seria aplicado o reajuste global de 20%, embora o cálculo não estivesse confirmado oficialmente pelo presidente da Casa.

Para vencer raras resistências que o aumento provocou no plenário, o líder do PMDB, deputado Genebaldo Correia (BA), propôs que os insatisfeitos devolvam o dinheiro em 15 dias. "Ninguém vai devolver", apostou Genebaldo, que conta com o apoio dos partidos do bloco governista.

O pretexto dos parlamentares para o aumento foi encontrado no projeto enviado pelo presidente Fernando Collor para corrigir os salários do Poder Executivo. O índice aplicado, de 102,58%, é equivalente ao reajuste concedido pelo projeto do governo aos

secretários da Presidência da República. O projeto, aprovado na mesma sessão de ontem, garante os 20% de correção linear para todo o funcionalismo e índices diferenciados, que vão beneficiar servidores que ocupam cargos de confiança e diplomatas.

Reajustes menores — Os funcionários do chamado Plano de Classificação de Cargos (PCC), que recebem os mais baixos salários, terão um reajuste de 35% retroativo a novembro. Funcionários do Ministério Público e dos Poderes Executivo e Judiciário também terão direito ao aumento retroativo de 35%.

De acordo com uma tabela comparativa preparada pela comissão do Trabalho da Câmara, os funcionários públicos vão terminar o ano tendo obtido correções bem diferentes desde a última data-base, em janeiro. Saem privilegiados os funcionários do nível mais alto de confiança do Executivo, seguidos pelos parlamentares, que ainda ficaram em melhor situação que os militares e diplomatas.

Os funcionários classificados no PCC foram os que tiveram reajustes menores. Esse grupo acumulou desde fevereiro uma correção de 176,3% contra 334,25% concedidos aos parlamentares. Os diplomatas tiveram, no mesmo período, 231,6%. Os militares ficaram, em média, com 284,74% de correção salarial.

Logo depois da votação na Câmara, os projetos de aumento salarial para os servidores seguirão para votação no plenário do Senado. Os senadores estavam dispostos a aprová-los ainda durante a noite. O último reajuste do funcionalismo ocorreu em julho. Apenas os militares tiveram seus salários corrigidos em setembro, dentro do plano de correções diferenciadas executado pelo governo desde maio.